

Entrevista¹

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1974), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992) e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina e professor titular do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília).

O professor Oswaldo de Almeida Jr. norteou sua atuação acadêmica na área de Ciência da Informação refletindo, principalmente, acerca de questões relacionadas aos aspectos sociais e culturais, presentes nos principais temas que pesquisou: mediação da informação, serviço de referência e informação, bibliotecas públicas e formação de profissionais.

Publicou diversos artigos em periódicos científicos e é autor, entre outros, dos livros *Sociedade e Biblioteconomia*, *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*, *Biblioteca pública: avaliação de serviço*. Mantém o site “Infohome” (www.ofaj.com.br), voltado principalmente para os profissionais da área de Ciência da Informação.

Além da trajetória acadêmica, o professor Oswaldo de Almeida Jr. manteve uma importante atividade como organizador e participante de órgãos de representação de classe, assim como de entidades de discussão e formação profissional. Atualmente, é presidente da ABECIN - Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Gestão 2014-2016).

¹ A entrevista contou com a colaboração do Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida.
InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 201-217, mar./ago. 2016.

InCID: Você possui uma grande experiência no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Poderia nos contar um pouco sobre quais foram os passos iniciais dessa trajetória, seus contatos iniciais com esses campos e como decidiu dedicar-se profissionalmente a eles?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Quando criança, não sei exatamente o motivo, pensava em ser engenheiro mecânico. No início do Colegial, por influência de um amigo, achei que a publicidade seria um bom campo de atuação. Pouco mais tarde, me interessei pelo jornalismo, depois, pela sociologia. Na época do vestibular perdi o prazo das inscrições para a USP. Um colega me alertou para o curso de Sociologia e Política da FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), então e até hoje, muito bem conceituado. O funcionário que atendia na secretaria do curso de sociologia me informou que as inscrições haviam se encerrado dias antes, mas que no segundo andar do prédio – linda e histórica construção na Rua General Jardim, em São Paulo – as inscrições ainda estavam abertas para o curso de Biblioteconomia. No segundo andar me deram algumas informações sobre o curso e sobre a profissão.

Em casa, concluí que bibliotecário poderia ser uma boa profissão, uma vez que sempre li muito e era associado de uma biblioteca do SESI próxima de casa. Descobri, já atuando como profissional, que no trabalho como bibliotecário o que menos se faz é ler. Ou melhor, lê-se muito, dependendo do setor de atuação, mas, na maioria das vezes, livros e textos que não nos interessam particularmente.

Dois professores marcaram meu primeiro ano de curso: Giulio David Leoni e Oswald de Andrade Filho. O último ministrava “História da Arte” e, infelizmente, faleceu no final do semestre. O segundo era responsável por duas disciplinas: “Paleografia e História do Livro” e “Sistemática” e faleceu no final do ano. Vi uma relação entre as mortes e a minha admiração por eles e, para evitar que outros seguissem o mesmo caminho, resolvi abandonar o curso. Claro que esse não foi o motivo principal: não encontrei a relação que buscava entre a Biblioteconomia e as atividades culturais. Trabalhei com teatro amador por, aproximadamente, quinze anos e pretendia integrar meus interesses pelo teatro com os trabalhos desenvolvidos nas bibliotecas. O primeiro ano do curso me fez entender que essa integração seria difícil.

No início do ano seguinte soube de uma seleção para o cargo de auxiliar de biblioteca na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/EAESP). O salário, o horário e a quantidade

de horas semanais eram por demais atraentes. Fiz a matrícula para o segundo ano do curso com a intenção e o desejo de encontrar atividades ou segmentos da área que me atraíssem.

Não escolhi a Biblioteconomia, foi ela que me escolheu.

Na FGV, fui trabalhar no Serviço de Referência, atendendo usuários e encontrei o espaço que buscava. Dirigi minhas leituras, além das obrigatórias, para o Serviço de Referência e Informação. As publicações especializadas sobre Biblioteconomia, na época, eram mínimas em português, e as bibliotecas quase nada possuíam em outras línguas. As disciplinas sobre Serviço de Referência se restringiam a estudar fontes bibliográficas e obras de referência.

O desejo de integrar os trabalhos da biblioteca com atividades culturais ainda era prioridade em meus interesses, mas só começou a ser viabilizado – embora nunca totalmente concretizado – depois que me formei.

InCID: Como se deu sua entrada na Academia e quais foram suas primeiras experiências? Poderia nos traçar um retrato do campo da Biblioteconomia naquele momento, quais as questões e autores que mobilizavam seus interesses? Quais colegas e mestres foram decisivos nesse início profissional?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Nos anos 1970, o curso da FESPSP chamava-se “Biblioteconomia e Documentação” e era voltado para um aprendizado das técnicas biblioteconômicas. Acho que vivíamos uma dicotomia entre, por um lado, o pragmatismo oriundo do modelo bibliotecário americano e, por outro, do eruditismo – entendido por muitos como humanismo – proveniente do modelo bibliotecário europeu. Nada se falava sobre Ciência da Informação no curso, até porque as discussões no Brasil eram recentes e estavam circunscritas a pequenos grupos de pesquisadores, incluindo os que articulavam a pós-graduação em Ciência da Informação e a mudança de nome (e de ideário, concepções, etc.) do IBBD para IBICT. O modelo americano foi implantado no Brasil por Rubens Borba de Moraes na segunda escola de Biblioteconomia brasileira, a atual FESPSP, nos anos 1930.

No período em que fiz minha graduação, não havia incentivo para que os alunos seguissem a área acadêmica, mesmo porque era mínimo o número de cursos de pós-graduação. Depois de formado, atuando em biblioteca universitária, tive contato com professores de outras áreas e fui, também por eles, incentivado a tentar a academia.

Em 1977 a PUC/Campinas abriu o curso de Mestrado em Biblioteconomia. Selecionado, consegui conciliar estudos, trabalho e família por não mais do que 3 meses. Infelizmente, a sobrevivência é a prioridade em nossas vidas e entre o mestrado e o emprego – que basicamente sustentava minha família – fiz a opção, compulsória, pelo segundo.

Uma nova tentativa em cursar o mestrado se deu no início dos anos 1980, desta vez na USP. Novamente fui obrigado a desistir após ter cursado duas disciplinas como aluno especial, não por desejo, mas por necessidade.

Minha vida acadêmica, desde a graduação e até aquele momento, sempre foi determinada pelas exigências que a vida impõe.

Do final da graduação até 1986 atuei como bibliotecário: em biblioteca universitária, em biblioteca especializada e centro de documentação e informação, assessorando a formação e reestruturação de bibliotecas escolares, em atividades diferenciadas trabalhando como autônomo.

Mesmo sem nunca ter trabalhado em bibliotecas públicas, minhas pesquisas – que desenvolvia ainda fora da academia – estavam dirigidas para a informação pública, para a relação Biblioteconomia-Sociedade. Essa tendência deu-se, provavelmente, pelo meu trabalho com a área de cultura – entre eles, o teatro – e por atividades político-sociais que desenvolvia. Finda a graduação em Biblioteconomia, iniciei outro curso: Educação Artística que abandonei após seis meses, pois não encontrei nele o que buscava.

A ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) abriu um concurso para contratação de professores em janeiro de 1986. A área: Serviço de Referência, Fontes Bibliográficas e Orientação Bibliográfica, ou seja, exatamente a que, imbricada com a informação e biblioteca públicas, pesquisava. Achei nesse concurso a oportunidade para entrar no mundo acadêmico. Fui selecionado para uma das duas vagas oferecidas, ao lado, e isso muito me orgulha, de Nice Meneses de Figueiredo.

Assumi, primeiramente, a disciplina “Orientação Bibliográfica” que era oferecida para quase todos os cursos da ECA. Como o número de alunos era muito grande, dividi as turmas com outro professor: Fernando Barone. Depois assumi a disciplina “Serviço de Referência” e estruturei e ofereci uma optativa: “Bibliotecas Públicas”. Por um ou dois anos, coordenamos, eu e o professor Luiz Milanesi, os estágios voltados para bibliotecas públicas. Assumi também

a disciplina “Fundamentos”, sozinho um período e em conjunto com a professora Maria de Fátima Tálamo.

Concomitante aos trabalhos e atividades docentes, iniciei o mestrado e, posteriormente, o doutorado, ambos na área das Ciências da Comunicação, na própria ECA/USP.

O ensino da Biblioteconomia passava por um período de reestruturação e, mais, por um momento de questionamentos internos. 1984 (data que em si já carrega alguns grandes e profundos significados) foi marcado pela introdução, nos cursos de Biblioteconomia, de novas diretrizes curriculares. Nomes tradicionais de disciplinas foram alterados (Catalogação para Representação Descritiva; Classificação para Representação Temática, etc.); o “peso” quantitativo, traduzido em horas/aula de várias dessas disciplinas, também sofreu mudanças; o número mínimo de horas e de anos são alterados; entre outras exigências impostas pelas instâncias superiores da educação universitária da época. Até então, várias escolas de Biblioteconomia ofereciam o curso em 3 anos. A partir desse momento, o curso possuiria, necessariamente, um mínimo de 4 anos. Apesar dessas mudanças, a concepção de “currículo mínimo” se mantinha em vigor, só vindo a ser modificada no final dos anos 1990, com a determinação das “Diretrizes Curriculares”.

A bibliografia especializada na área, disponível nesse período, era muito pequena. Pouco se publicava. Acesso a material editado em outros países só era possível em algumas bibliotecas. Os periódicos que se mantinham eram praticamente os mesmos do início dos anos 1970, ou seja, a RBBB – Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, publicada pela FEBAB –, a RBB – Revista de Biblioteconomia de Brasília, publicada pela ABDF (Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal) –, a Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (que nos anos 1990 tem seu nome alterado para Perspectivas em Ciência da Informação) e a Ciência da Informação (inicialmente publicada pelo IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – e posteriormente pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Iniciativas como o Cadernos de Biblioteconomia, do curso de Biblioteconomia da UFPE, apesar de importantes, tiveram vida curta.

Autores entendidos como importantes possuíam uma ou outra obra publicada; quando estrangeiros, a tradução e autorizações dos autores dificultavam a publicação. Em âmbito geral, alguns autores eram lidos, citados e tinham suas ideias reproduzidas. Entre eles, Bradford, Pierce Butler (este da Escola de Chicago), Jesse Shera, Ranganathan e suas 5 leis da Biblioteconomia (embora seu livro tenha sido traduzido para o português apenas em 2009),

Fosket, além, claro, de Dewey e Paul Otlet. Na área do serviço de Referência, o texto de autor estrangeiro de mais fácil acesso no Brasil era o “Introduction to Reference Work”, de Katz e Katz (que chegou a ser publicado em 4 volumes e nunca foi traduzido para o português). Outros autores com obras traduzidas: Margareth Hutchings, que foi muito bem aceita pelos que estudavam a área e Xavier Placer. Entre os brasileiros, destacam-se Myriam Gusmão de Martins e, principalmente, Neusa Dias de Macedo e Nice Meneses de Figueiredo. Estas duas últimas buscaram discutir o Serviço de Referência e Informação (já trazendo o termo Informação à antiga designação) a partir de aspectos também teóricos

InCID: Você teve uma trajetória que é quase a inversa de muitas pessoas na área: saiu de uma grande cidade, com uma vida acadêmica mais consolidada, para uma cidade menor, com um núcleo universitário que àquela época ainda estava em formação. Como foi essa experiência, e como essa vivência refletiu-se em sua trajetória?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Sou paulistano, nasci no Brás. Com um ano minha família foi morar no Pari. Nesse bairro eu cresci, passei minha adolescência e parte de minha vida adulta. Um pouco mais velho, mudei para o Bixiga. No meu currículo paulistano faltou apenas a Barra Funda. Amo São Paulo, mas, em um determinado momento, considerando todos os aspectos negativos de viver em uma cidade com o tamanho e os problemas de São Paulo, decidi deixa-la, buscando uma outra qualidade de vida. Meus colegas de Departamento, na USP, só entenderam de fato meus motivos depois de muitas explicações. Não deixei a USP, mas uma cidade que não mais me permitia desfrutá-la. Confesso que fiquei temeroso e apreensivo com a mudança. Não sabia nem mesmo se me adaptaria a uma vida mais tranquila, no entanto, a decisão por deixar São Paulo se impôs. Outras coisas que deixei para trás, mais de caráter pessoal, aumentaram a apreensão. No curso de Biblioteconomia da USP o espaço que usávamos para o café era também o espaço maior do Colégio Invisível, trocávamos ideias, leituras, informações, debatíamos conceitos, questionávamos concepções, situações, sempre de maneira informal. Filmes, livros, peças teatrais, shows, programas televisivos, exposições, tudo era motivo para conversa e troca. Um dos meus maiores medos era perder isso, não mais conviver com isso. Quando deixei a USP, em 1996, as tecnologias de comunicação permitiam uma proximidade que, apesar de não se comparar à presencial, amenizava a falta dela.

Em Londrina, cidade do norte do Paraná para a qual me mudei, a qualidade de vida era e ainda é excelente. Não há o mesmo trânsito, a mesma violência de São Paulo. O custo de vida

é menor e há muitos espaços para o lazer. Por outro lado, não há variedades nos espaços culturais, as salas de cinema, na época em que me mudei para lá, eram poucas; as livrarias, pequenas e com acervos restritos, em suma, uma vida cultural diferente daquela à que eu estava acostumado. Isso valia também para os restaurantes, bares, etc.

Logo que cheguei à cidade, fui indicado por amigos para participar do Conselho Municipal de Cultura. Em São Paulo eu já havia participado de um segmento (Literatura e Documentação) do Conselho Estadual de Cultura e havia sido indicado para o Conselho Municipal de Cultura, mas me mudei antes de assumir o cargo.

A participação no Conselho Municipal de Cultura de Londrina foi importante para que eu pudesse conhecer os movimentos culturais latentes na cidade e que possuíam pouco espaço para se manifestarem. Conhecer esses trabalhos nos leva a olhar a cultura de maneira diferente, dissociada da visão hegemônica, comercial, vinculada a uma indústria cultural.

Uma nova administração foi implantada com a eleição de um prefeito não vinculado aos grupos que há tempos dominavam a política da cidade. Entre as ações propostas nesse governo, uma foi a criação de uma lei de Incentivo à Cultura, mas concebida de maneira diferenciada. A Secretaria da Cultura recebia uma verba específica para atender projetos culturais. Tais projetos eram avaliados e, se aprovados, tinham garantida a verba para realizar a proposta. A diferença em relação a Lei Rouanet, por exemplo, é que esta, quando o projeto é aprovado, o signatário ou os signatários devem procurar empresas que, com base em renúncia fiscal, financiam o projeto cultural. Participei por vários anos da Comissão de Avaliação de Projetos Culturais e me orgulho de ter contribuído para a existência de muitas ações, projetos, iniciativas e exteriorizações culturais, desde peças teatrais, edições de CDs, publicações de livros, apoio a conservação ou projetos de Patrimônio Público, histórias em quadrinhos, exposições, eventos, etc.

Cheguei em Londrina para trabalhar na UEL – Universidade Estadual de Londrina. Fiz o concurso e só deixei São Paulo depois de ter sido aprovado. Conhecia alguns professores e comecei minhas atividades muito próximo a eles.

Em momentos de mudanças, é importante que se mantenha vínculos ou relações com atividades anteriores. Como acredito que temos uma responsabilidade para com as áreas que atuamos, trabalhei em quase todos os espaços do movimento associativo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Essa atuação eu mantive mesmo estando mais longe dos espaços em

que ocorrem as atividades oriundas das entidades e órgãos profissionais ou científicos. Continuei aceitando proferir palestras para as quais era convidado, continuei participando de eventos e procurei contribuir com todas as ações propostas, executadas e implantadas pelo curso de Biblioteconomia da UEL.

As disciplinas que ministrei na UEL eram as que eu possuía uma experiência anterior: “Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação”, “Serviço de Referência e Informação”. Quando comecei minhas atividades docentes na UEL, estava o curso reformulando não só o currículo, mas todo o Projeto Político Pedagógico. Em 1989, na USP, como membro do Conselho de Curso, também participei de uma reformulação curricular. As duas experiências, embora não só elas, criaram um mim um interesse pelos aspectos da formação do profissional da informação; tal interesse se mantém até hoje, embora não seja o foco prioritário de minhas pesquisas.

Na reformulação do Projeto Político Pedagógico do curso da UEL, propus a criação e inclusão de duas disciplinas: “Informação, Educação e Sociedade” e “Mediação da Informação”. As duas disciplinas foram aprovadas e passaram a fazer parte do currículo, sendo implantadas em 1997, ambas sob minha responsabilidade.

Os anos de docência na UEL me possibilitaram participar da criação de uma revista, a *Informação&Informação*, da organização de vários eventos, tanto regionais como nacionais e internacionais, da implantação de vários projetos de pesquisa, da realização de cursos de especialização, da preparação de projetos para a criação de um curso de pós-graduação *stricto-sensu*, etc.

Como professor associado, em 2012, me aposentei e, mais uma vez, mudei de cidade. Vivo hoje em Marília.

InCID: Ainda em relação à universidade, você tem uma atuação destacada nas questões relativas ao ensino e à formação nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, sendo inclusive presidente da ABECIN (Associação Brasileira de Ensino de Informação). Poderia nos contar um pouco dessa trajetória específica e falar sobre a atuação da ABECIN hoje?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Minha relação com as entidades técnico, profissionais e científicas da área é bem antiga. Em 1978, a discussão entre colegas bibliotecários da FGV nos intervalos de trabalho era a respeito dos problemas que a área enfrentava. Nessas discussões concluímos que seria preciso criar um Sindicato dos Bibliotecários. Buscamos apoio no CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia – e na APB - Associação Paulista de Bibliotecários. Infelizmente, não obtivemos apoio. Pior, tentaram nos dissuadir afirmando que não era um momento propício, que estávamos sob uma ditadura, que corríamos perigo e outros tantos intimidamentos. Sem contar com apoio dos órgãos da área, criamos comissões de trabalho e nossas ações culminaram em uma reunião que convocamos para discutir a viabilidade e pertinência da criação de um Sindicato da categoria. A reunião foi marcada para um domingo pela manhã – que nos assustou, pois estava um clima chuvoso, com a tradicional garoa paulistana – em uma das salas do Teatro Ruth Escobar. Compareceram 100 bibliotecários. Recapitulando: 100 bibliotecários presentes em um domingo pela manhã, chuvoso, para discutir a criação de um Sindicato, em 1979, sob o medo que a ditadura gerava. A partir desse dia nossas ações se intensificaram e, em uma Assembleia no dia 11 de novembro de 1979, fundamos a APBESP – Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo –, pré Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo. Nos tempos da ditadura, a criação de um pré-Sindicato era uma exigência legal. Apenas em 1985 conseguimos, de fato, a Carta Sindical.

Sem o apoio dos órgãos da Biblioteconomia, a ABI – Associação Brasileira de Imprensa – nos ofereceu guarida, a partir de contatos de uma bibliotecária da diretoria, e nossa sede passou a ser um pequeno espaço no prédio da ABI, na rua Augusta (do lado pobre, claro).

Por ter sido presidente da Comissão Provisória do Sindicato e depois eleito para a primeira presidência, alguns bibliotecários me convidaram para encabeçar uma chapa para a eleição da APB. Nossa chapa foi eleita e, com alterações, reeleita para outro mandato. Dessa forma começaram as minhas atividades no movimento associativo. Participei depois de várias entidades: membro nato do CRB-8, membro do CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia –, membro do Conselho Fiscal da FEBAB. Participei também da criação da SAIBA – Sociedade

Brasileira de Agentes da Informação –, uma iniciativa que, para nossa frustração, não foi adiante.

No período que presidi a APB, criamos um grupo voltado para discussões sobre a formação do Bibliotecário. Muitas das escolas de Biblioteconomia de São Paulo participaram desse grupo. Posteriormente, o grupo se organizou e passou a atuar de forma autônoma. Uma vez por mês, representantes dos cursos se encontravam para discutir ou para executar projetos originados nesse grupo. Cada reunião era sediada em um dos cursos mais atuantes: FESPSP, ECA-USP, UNESP-Marília, PUC-Campinas, São Carlos (Faculdade Municipal; o curso da Universidade Federal é do início dos anos 1990). Em alguns momentos contávamos com a participação da Faculdade Tereza D'Ávila, tanto de Lorena como de Santo André (hoje FATEA e FAINC, respectivamente).

A entidade com preocupação na formação do Bibliotecário, em âmbito nacional, era, no início dos anos 1990, a ABEBD – Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia e Documentação. Do grupo de representantes dos cursos de Biblioteconomia paulista, resolvemos disseminar nossas experiências e construir uma chapa para concorrer às eleições daquela associação. Por conta de nossas ações, procurávamos estudar e conhecer bases teóricas que embasassem os trabalhos que desenvolvíamos. Depois de eleitos (assumi a vice-presidência), e de igual maneira após a reeleição, focamos nosso plano de atividades em eventos e publicações. A vivência dessa época mantém meu interesse pela formação do bibliotecário até hoje.

Em meados dos anos 1990, voltei a participar da ABEBD como coordenador da Região Sul. Com o fim da ABEBD e a criação da ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – em 2001, fui tesoureiro da primeira gestão e, agora, presidente das duas últimas gestões (2011 – 2013; 2014-2016).

Antes de assumir a presidência da ABECIN, fui membro do Conselho Fiscal da Asociación de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivologia, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe.

A exemplo do trabalho desenvolvido na ABEBD, também na ABECIN o interesse das duas gestões foi a criação de espaços para discussão de aspectos sobre a formação do profissional da informação. Criamos uma revista, a REBECIN – Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação –, organizamos eventos sobre a formação e educação desse

profissional, o ENECIN – Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação –, o SNAC – Seminário Nacional de Avaliação Curricular – e, neste momento, estamos articulando o retorno dos encontros regionais, os ERECIN. Incentivamos a publicação de livros na área, incluindo um espaço para e-books no site da associação. Retomamos o Prêmio TCC – ABECIN, organizado anualmente, com os trabalhos escolhidos sendo publicados como e-books. No site haverá espaço específico para que os professores da área possam partilhar suas experiências (Boas Práticas), e outro espaço para que as apostilas didáticas dos professores, quase sempre restritas às salas de aula, possam ser veiculadas e utilizadas por outros professores. Além disso, também estamos viabilizando grupos de pesquisa sobre projetos específicos e sobre temáticas que pouco a pouco irão se constituindo. A ABECIN representa as escolas de Biblioteconomia nas reuniões do Mercosul e, para que essa representação possa ser efetiva, tentamos manter contato constante com todos os cursos brasileiros da área, via Coordenações Regionais ou diretamente, com ações da diretoria.

InCID: A Ciência da Informação e a Biblioteconomia consolidam-se contemporaneamente como campos acadêmicos, e o mundo profissional se diversifica cada vez mais nessas áreas. O que você pensa a respeito dessa cena contemporânea, quais aspectos chamam-lhe mais a atenção?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Na ciência, a segmentação, a especialização foram e ainda são uma constância. A ideia de que para o estudo e a pesquisa de uma área é preciso um recorte que a aborde de maneira específica, me parece passível de questionamento. Hoje, delineia-se um movimento inverso, ou seja, busca-se, a título de especialização, a reunião de segmentos. Pode-se ver como exemplo: a Bioquímica, a Físico-química, a Biofísica, etc.

Nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia, a ideia de subordinação ou hierarquização não é adequada. Há entre elas muitos pontos em comum que exigem diálogos, mas não as descaracterizam ou as subordinam. Confunde-se uma classificação apresentada por agências de fomento técnico-científicas com uma classificação das ciências.

O espaço de trabalho dos profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, apesar de especificidades, possui muitos fazeres comuns. A busca pela delimitação de um objeto em cada uma dessas áreas converge para a “informação”, não necessariamente a

“informação registrada”, mas aspectos específicos dentro do ciclo de vida da informação. As discussões que visam distinguir os documentos com os quais lidam os espaços próprios de cada área têm caminhos distintos, embora com aproximações significativas. As tentativas em criar novas áreas entre as que atuam com a informação, como é o caso da Gestão da Informação, têm enfrentado dificuldades em delimitar seus espaços de interesse e abrangência.

Por sua vez, a Ciência da Informação, historicamente e por influência de áreas das quais se apropriou de concepções teóricas, em seu entendimento hegemônico, restringiu o tipo de informação que sustenta seus interesses, preocupações, estudos e pesquisas. Voltada para informação científica e tecnológica, relegou a um plano secundário a informação pública, entendendo esta última mais próxima dos interesses e fazeres da Biblioteconomia.

Tanto a Ciência da Informação como a Biblioteconomia possuem conceitos que são entendidos como solidificados, consolidados e aceitos sem discussões, quase como dogmas. São tais conceitos, no entanto, passíveis de contestação. A academia tem como responsabilidade colocar em questão essas concepções, levando a debates não apenas aspectos que a circundam, que a envolvem, mas, e principalmente, aspectos que a caracterizam como campo, que estão em sua essência.

InCID: Você possui interesses culturais diversificados, que se refletem também na sua pesquisa acadêmica relacionada às questões que envolvem a mediação da informação. Como você avalia o espaço que elas ocupam no cenário da Biblioteconomia e da Ciência da Informação contemporâneas? Você acha que a Academia (e em particular a CI) já incorporou a diversidade das expressões culturais como objeto digno de reflexão, ou ainda há territórios a se explorar nessa relação?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Na resposta à pergunta anterior me antecipei um pouco ao que se questiona nesta. Como dizia, creio que a Ciência da Informação optou, desde sua origem – ou principalmente por sua origem – por priorizar a informação científica e tecnológica e com o emprego de tecnologias. Espaços existem para o estudo da informação pública, mas são eles restritos e considerados de menor importância, uma vez que não são adequados ao entendimento tradicional de ciência.

Em determinado momento histórico da Biblioteconomia discutia-se se era ela ciência, arte ou técnica. Essa discussão permanece viva até hoje e, provavelmente, não terá uma resposta consensual.

Quando optei pela Biblioteconomia, meus interesses estavam voltados para as atividades culturais. Lia-se sobre experiências, não só no Brasil, mas em outros países – estas últimas veiculadas principalmente pelo Boletín de la Unesco para las Bibliotecas – de ações baseadas em exteriorizações culturais nos espaços das bibliotecas. As bibliotecas públicas e escolares entendiam como necessárias as atividades culturais, em especial as que tinham como base a leitura e a literatura. A relação biblioteca-livro, exclusivamente, era reforçada e reproduzida pelos bibliotecários em seus espaços de atuação. No entanto, tanto a literatura especializada da área quanto professores e pesquisadores apontavam a informação registrada como objeto da Biblioteconomia. A partir desse entendimento, havia e há um conflito entre teorias e fazeres na área. Essa dicotomia existe tacitamente dentro da área, sendo aceita sem contestações, ou seja, os bibliotecários continuam oferecendo atividades culturais e a teoria afirmando, mas não de forma contundente, que o interesse da área é apenas a informação registrada.

Nas bibliotecas as atividades culturais e artísticas são empregadas apenas como instrumento para se chegar à leitura do texto escrito. Esses espaços, com esse entendimento, não são propícios para a ação cultural, mas para a animação cultural ou para a animação da leitura e, pior, em sua visão mais estreita.

A inclusão das atividades culturais, da informação pública, da informação para a cidadania, da informação social, do trabalho com as informações efêmeras, do interesse pela oralidade, entre outros, exige, no meu olhar, a mudança do atual entendimento hegemônico do objeto da área – informação registrada – para a mediação da informação. Esta pressupõe que a apropriação da informação, na ambiência dos equipamentos informacionais, pode se concretizar em um momento específico e de maneira particular.

InCID: Qual a sua perspectiva em relação à presença cada vez maior da tecnologia não só em sua área de atuação, como também, cada vez mais, no cotidiano das pessoas? Sei que você mantém um blog (*InfoHome* – www.ofaj.com.br) com diversos conteúdos e colaboradores. Como avalia essa ferramenta e essa experiência?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: As tecnologias estão presentes em quase todas as instâncias da vida das pessoas. Não há como ser um ludista do século XXI. É preciso, no entanto, a consciência de que a tecnologia que aí está não tem uma base natural, ou seja, não é fruto natural de um desenvolvimento do homem, das relações sociais, etc. Ao contrário, é ela o resultado de embate, de lutas de interesses, poder, dominação. Temos uma tecnologia imbricada com um sistema capitalista, voltada para a produção, consumo, acúmulo de capital, lucro e descompromissada com o meio ambiente, com a qualidade de vida da população.

Apesar disso, a tecnologia não deve ser vista de maneira maniqueísta, mas, como de caráter ambíguo, ou seja, carrega em si duas dimensões que se imbricam e a constroem.

O trabalho com a informação terá cada vez mais a presença da tecnologia e ela se transformou em algo imprescindível para disseminar, mediar (em sua dimensão extrínseca e em sua forma explícita) e possibilitar sua apropriação pelo usuário ou sujeito informacional.

A tecnologia exige mudanças constantes nos ambientes informacionais, na medida em que suas inovações são rápidas. Oferecer informações hoje, por exemplo, requer do equipamento informacional a estrutura de serviços voltados para a tecnologia móvel. Além disso, o acesso a informação não pode ter horário limitado, não pode se limitar a ser oferecido somente em um espaço físico determinado. O acervo, abrangendo suportes físicos e virtuais, deve atender a demandas pelos quatro grandes segmentos da multimídia: texto escrito, imagem física, imagem em movimento e som, separados ou em um mesmo suporte.

Tentando acompanhar as mudanças causadas pela tecnologia no âmbito da informação, entendi que poderia utilizar outras formas que não a sala de aula para contribuir com a formação dos alunos que cursavam minhas disciplinas ou para atender uma crescente demanda pela educação continuada. Um blog me pareceu a ferramenta adequada para isso, embora o Infohome – o blog que criei – tenha surgido durante uma longa greve vivida pela UEL entre setembro de 2001 e março de 2002. Os alunos, em especial aqueles do último semestre, ansiavam por informações sobre o andamento da paralização e como sabiam que eu participava das assembleias, telefonavam buscando por notícias. O blog nasceu com a intenção de servir de canal de comunicação com os estudantes, veiculando notícias sobre a greve, mas também como espaço de disseminação de textos e notícias da área que achava interessante.

Alguns amigos que souberam do blog insistiram para que a abrangência do material veiculado fosse ampliada, atingindo não só os estudantes, mas os profissionais. Atendendo a esses amigos, transformei o blog em um site e o mantenho desde então. Em 25 de janeiro deste ano, 2016, o site iniciou seu 15º ano de vida. O site recebe hoje aproximadamente 10.000 visitas por mês e, pelo retorno através de mensagens e conversas, acredito que ele é bem aceito e contribui para a educação continuada do profissional que atua na área da informação.

A preocupação do site não é acadêmica, mas é ele voltado para os profissionais. Essa característica foi se acentuando no decorrer dos anos, embora estivesse presente quando de sua concepção.

InCID: Você permanece em plena atividade, à frente de disciplinas, dirigindo a ABECIN, mantendo um site, participando de eventos e colóquios. Quais são seus planos em relação à Academia? O que você gostaria de ver acontecer na universidade brasileira? Qual o seu conselho para os jovens pesquisadores que enveredam pela carreira acadêmica hoje?

Oswaldo Francisco de Almeida Jr.: Sou um *workaholic*, mas defendo o direito à preguiça. Pode parecer paradoxal, mas acredito que nossa vida depende dessa interação. Tenho uma relação quase visceral com o conhecimento, apesar de que tal relação é também angustiante. Entendo a informação como geradora de conflitos, como destruidora de certezas, como base de inquietudes. A informação causa indagações, exige novas procuras, num processo sem fim. E isso é angustiante.

Apesar de aposentado, continuo atuando no âmbito da pós-graduação na UNESP – Marília, como professor permanente: respondo por duas disciplinas, tenho orientandos de doutorado e mestrado. Começo agora como professor colaborador do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Acho que trabalho tanto ou mais do que antes.

O trabalho profissional exige leituras especializadas, mas não posso prescindir da literatura. Aliás, não vivo sem literatura. Não leio para alguma coisa, leio porque leio. A leitura para mim não é um instrumento. A leitura permite que eu me relacione com o mundo, me integra ao mundo, me enleva, me dá ar.

Não gosto de trabalhos administrativos e, por isso, fugi de cargos como Chefia de Departamento ou outros semelhantes. Prefiro atividades que exijam contato com público, atividades de docência e pesquisa. Gosto de escrever, não só textos técnico-científicos. Preciso disseminar minhas reflexões, minhas verdades.

Sou caótico com horários, planos, projetos. Atendo às imposições do trabalho, das aulas, das bancas, palestras, etc. Sigo horários, datas e, nesse aspecto, sou disciplinado. Mas, em meu cotidiano, no meu trabalho particular, não sou sistemático ou metódico, ao contrário, minhas atividades atendem às minhas vontades e desejos. Sou notívago, quase sempre escrevo durante a noite, longe dos latidos de cachorros, dos caminhões “de gás”, dos barulhos de carros, telefone, campainha, máquina-de-lavar, essas coisas. Acordo tarde sempre que posso. No mestrado e no doutorado, não conseguia ler apenas textos sobre o tema de pesquisa. Ainda hoje, em meus projetos de pesquisa, continuo lendo além dos textos específicos do assunto estudado.

Vários autores sustentam e dão suporte ao meu modo de entender o mundo e à minha trajetória acadêmica. Alguns com maior intensidade, outros com menos. Entre eles, Paulo Freire. Acompanho muito do “pensar desse pensador”. Entender que a ciência não é só razão, que não pode prescindir do emocional, é uma dessas ideias. Outra é que o pesquisador deve ser humilde. E essa humildade deve ser compreendida como alguém que não se fecha em suas verdades e certezas; deve ele estar aberto à possibilidade de novas concepções, de novos olhares e entendimentos de mundo.

O pesquisador além de humilde deve ser crítico. Mais: deve disseminar, partilhar suas reflexões. É com esses pensamentos que busco viver na e a academia. São esses pensamentos, creio, que devem nortear a vida acadêmica de todos os que já a vivenciam e dos que a desejam vivenciar.

Entrevista enviada em: 23 mar. 2016